

Conversações após dia 15

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

A renegociação da dívida externa será retomada na segunda quinzena deste mês de julho. Esta é, pelo menos, a expectativa do presidente do Banco Central (BC), Fernando Milliet. A estratégia é desencadear a nova rodada de conversações, de modo simultâneo, tanto com os bancos privados quanto com os governos credores.

"Os bancos e os governos tendem a se proteger mutuamente e as condicionalidades acabam sendo recíprocas", atestou Milliet, indicando que a melhor maneira de enfrentar o processo de renegociação da dívida externa é, portanto, tentar amarrar todos os pontos junto aos diversos interlocutores, nas várias frentes de entendimento.

Quanto à suspensão dos pagamentos das amortizações da dívida contraída junto a governos, relativas

ao primeiro semestre, essa parcela vinha sendo retida no BC dentro de um acordo informal que vinculou seu reescalonamento a um relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI) favorável à economia brasileira, com relação às parcelas referentes. Ao segundo semestre deste ano, a atitude tornou-se absolutamente necessária da parte do governo brasileiro.

"Se estamos em uma maratona seletiva, nada mais coerente do que retardarmos por um tempo o pagamento do principal ao Clube de Paris e essa posição deve ser entendida dentro de uma política de defesa das reservas internacionais do País", disse ele.

Milliet confia que a conduta brasileira venha a ser reconhecida como realista ainda neste mês de julho — "nossas ponderações não são agressivas, pois temos bons motivos para retardar o pagamento do principal dos créditos de governo" —

e não acredita que o episódio retarde ainda mais o processo de negociações bilaterais entre o Brasil e os governos dos quinze países credores, com os quais precisam ser acertados pontos como o da taxa de juros e outros tipos de custo, dentro do esquema acertado em janeiro e que reescalou o principal e os juros de 1985 e de 1986, no total de US\$ 3,274 bilhões, por seis anos e três de carência.

Os emissários do governo brasileiro que estiveram no mês passado em Paris — o diretor da Dívida Externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, e o secretário especial para assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, embaixador Rubens Barbosa — obtiveram daquele fórum um sinal de que os governos poderiam esperar até setembro pelo relatório do FMI.

O atraso na confecção do relatório, sobre a economia brasileira, que pelos entendimentos firmados em janeiro deveria estar pronto em 15 de julho próximo, encontra explicação na demora da conclusão do plano de consistência macroeconômica que está sendo ultimado pelas equipes do Ministério da Fazenda e do BC. Esse programa, que pretende fixar metas quantitativas para as principais variáveis econômicas, deve ser apresentado à Nação, segundo Milliet, só na semana que vem. "O plano dá tratamento adequado à dívida externa, sem comprometer o crescimento", disse ele, enfatizando a disposição do governo de fazer crescer a taxa de investimento do País.

"Isso requer uma capacidade de superávit no comércio externo, mas não o suficiente para acomodar o pagamento de todos os juros, e, portanto, vamos ter de refinanciar uma parte." O plano traça, segundo Milliet, objetivos consistentes entre si que procuram dar "confiabilidade à proposta".